

**ATA DA REUNIÃO DE
VINTE E OITO DE JANEIRO DE 2020**

-----No dia vinte e oito de janeiro do ano de dois mil e vinte, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência da senhora Dr.^a Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, na qualidade Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. Mário Barata Garcia, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Maria Helena Antunes Barata Moniz e António Rui de Sousa Godinho Sampaio.-----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto.-----

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, dando início à ordem de trabalhos.-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS-----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----

2 – PÚBLICO-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

3.2 – OBRAS PARTICULARES/JOSÉ MIGUEL FERREIRA-----

3.3 – OBRAS PARTICULARES/VÍTOR MANUEL CONDE PIRES-----

3.4 – OBRAS PARTICULARES/ANTHONY JOHN WIXON E MARGARET WIXON-----

3.5 – 2ª ALTERAÇÃO (MODIFICATIVA) AO ORÇAMENTO/ANO 2020-----

3.6 – 2ª ALTERAÇÃO Às GOP/ANO 2020-----

3.7 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS – Não houve.-----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE – A senhora Presidente iniciou a sua intervenção renovando votos de um ano de 2020 promissor e bem sucedido a todos.-----



-----Referiu que no âmbito de algumas questões sobre a APIN solicitou o agendamento de uma reunião com o Conselho de Administração, tendo o senhor Presidente informado que poderia efetivamente ser no dia de hoje, pelas 15.00 horas, caso o Executivo tivesse disponibilidade. Neste sentido, questionou os senhores Vereadores sobre a possibilidade de a reunião ser realizada no dia de hoje, tendo obtido resposta afirmativa.-----

-----Referiu que o Município de Góis se associou no ano de 2019 ao Ano Nacional da Colaboração (ANC), iniciativa de âmbito nacional, promovida pelo Fórum para a Governação Integrada (Forum GovInt) e seus promotores. Com o intuito de contribuir ativamente para a disseminação do conceito de colaboração no nosso país, o ANC pretendeu no ano de 2019 construir um programa nacional em rede, partindo das propostas de adesão das entidades interessadas. Referiu que com esta rede pretende-se mobilizar e inspirar a sociedade portuguesa, através dos cidadãos/ãs e das instituições, para a relevância estratégica da colaboração, quer como forma de resolução de problemas, quer de otimização dos recursos disponíveis. Neste sentido, referiu que no dia 30.01.20, o Município de Góis irá estar presente na cerimónia de entrega do diploma de participação no Ano Nacional da Colaboração, a qual terá lugar no Palácio de Belém, pelas 16.30 horas, contando a mesma com a presença de Sua excelência o senhor Presidente da República Portuguesa.-----

-----Referiu que, no dia de hoje, irá decorrer a cerimónia de Apresentação Pública dos Resultados do Orçamento Participativo do ano de 2020, na Biblioteca Municipal António Francisco Barata, pelas 17.00 horas, reiterando o convite ao Executivo para se associar a esta iniciativa. -----

-----Referiu a necessidade de agendar uma reunião de trabalho com o Executivo no sentido de dar conta daquilo que é o orçamento municipal, bem com daquelas que são verdadeiramente as necessidades da Câmara Municipal, realçando dificuldades de ordem orçamental e problemas de tesouraria, os quais se consubstanciam na existência de alguns encargos avultados com investimentos, com despesas que não estávamos a contar. -----

-----Referiu que a 2ª alteração (Modificativa) ao Orçamento que tem exatamente a ver com reforço de rubricas de despesas que não estávamos a contar, nomeadamente ao nível da APIN, embora lhe tenham comunicado que a Câmara Municipal irá ser reembolsada, realçando que não iremos ser reembolsados na medida justa, porquanto a APIN definiu um conjunto de critérios de reembolso, neste período transitório, tendo a Câmara Municipal sido claramente prejudicada. Referiu que efetivamente isto terá uma sequência e uma consequência, porque não havendo disponibilidade de tesouraria isto irá colidir com algumas questões, sobretudo, no apoio às instituições no seu todo e não somente a uma. Referiu que o senhor Presidente da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis solicitou um reforço do apoio que mensalmente a Câmara Municipal atribui a esta Associação, salientando que a Câmara Municipal não tem condições de aumentar as dotações, a não ser que os apoios se restrinjam única e exclusivamente durante o ano de 2020 à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis.-----

-----Referiu que uma outra questão que considera que terá que ser objeto de discussão por entender ser gravíssima é questão das pavimentações do ano de 2017 e, nessa matéria, a Câmara Municipal encontra-se em risco de não ser ressarcida na ordem dos duzentos e cinquenta mil euros, porque a obra está toda paga, já tínhamos recebido e agora vão fazendo as retenções, sendo que estas irão ser feitas nas transferências mensais do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro), não tendo a Câmara Municipal situação para poder abdicar do referido montante. Ainda sobre este assunto, referiu ser sua intenção recorrer a um escritório de advogados que nos ajude neste processo junto da CCDRC, no processo de adesão da Câmara Municipal à APIN, bem como no processo relativo ao assalto à C.G.D., tendo feito alusão a alguns procedimentos tomados no âmbito de a Câmara Municipal poder vir a ser ressarcida por parte da Seguradora dos prejuízos.-----

-----Referiu que a senhora Eng.ª Maria de Lurdes Calhau Rodrigues, conforme Despacho, continua a exercer funções da Chefe da DGUPA, salientando que o documento plasma

que também foi determinado que se inicie, entretanto, os trâmites para abertura de um novo procedimento concursal, documento datado de 07.01.20, pelo que questionou se foi tomado algum procedimento relativo a abertura de novo procedimento concursal, uma vez que entende que a autorização para abertura do referido procedimento é da competência da Câmara Municipal.-----

-----Dada a palavra o senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que é do seu conhecimento que não foi selecionado qualquer candidato para o lugar de Chefe de Divisão em concurso, contudo desconhece se o correspondente processo de seleção já se encontra encerrado.-----

-----A senhora Presidente referiu que na sequência dos opositores não terem comparecido deverá efetivamente ser encerrado o processo e se proceder a abertura de novo procedimento. Ainda sobre procedimentos concursais fez alusão à morosidade com que o procedimento para recrutamento de um Técnico Florestal se encontra a decorrer, realçando que devem ser cumpridos os prazos estabelecidos no cronograma elaborado para esse mesmo efeito. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES – Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues questionando sobre o ponto de situação sobre o processo judicial contra a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra relativamente ao não cumprimento do Protocolo de Divisão da Energia Eólica Produzida nos Limites dos Concelhos de Góis e Pampilhosa da Serra. Referiu que na sequência da listagem do processo de obras particulares facultado aos Vereadores do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes, alguns dos quais foram, posteriormente, presentes em sede do Executivo, desejava ter conhecimento se os restantes se encontram a ser monitorizados para que haja celeridade no despacho dos mesmos. Referiu que também desejava ter conhecimento do ponto de situação do processo da Lusiaves, especialmente, na zona da Carvalhinha, porquanto entende que a par com a Oitava se trata de um ativo da Câmara Municipal que se pode traduzir numa fonte de receita.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz que relativamente à empreitada da Ruas da Figueirinhas, Vila Nova do Ceira, referiu ter *in loco* verificado a mesma a qual lhe suscitou algumas dúvidas que desejaria ver esclarecidas. Referiu que a rua irá ficar estreita pelo que a circulação de viaturas será um pouco constrangida, sendo que se uma viatura parar na via pública uma outra não a poderá ultrapassar. Uma outra questão, é sobre os passeios que ali existirão, parecendo-lhe que um dos mesmos não tem a dimensão suficiente para circulação de uma cadeira de rodas, questionando se os passeios irão ficar ao nível da via pública, por forma a que as pessoas com mobilidade condicionada possam circular em segurança. -----

-----Relativamente à empreitada de requalificação da Praça da República e ruas envolventes referiu que a lombada existente na Av. Álvaro de Paula Dias Nogueira apesar da sinalética vertical existente deverá efetivamente ser colocada também sinalética horizontal de forma a que os condutores tenham conhecimento da mesma.-----

-----Relativamente à escultura do Papa João Paulo II e no âmbito da intervenção da senhora D. Lourdes Barata na última reunião da Câmara Municipal, deslocou-se ao local e pôde constatar que a localização escolhida na Praceta Teófilo de Braga efetivamente não é a melhor, porquanto foi colocada junto ao chão em cima de um bloco de cimento, sendo sua opinião que a sua localização deveria ser no lado oposto às alminhas ali existentes de forma a dignificar o seu autor e também a escultura.-----

-----Relativamente à proposta que apresentou de a Câmara Municipal realizar uma iniciativa de forma a premiar os jovens desportistas do concelho, renovou essa sugestão por forma a incentivar estes jovens a continuarem a prática desportiva e a serem um exemplo para muitos outros jovens, sendo sua opinião que quando estes jovens estão a ser condecorados estão também a promover Góis.-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que na sequência das palavras proferidas pelo senhor Vice-Presidente na última reunião da Câmara Municipal em que fez referência ao Regimento da Câmara Municipal para que muitos assuntos discutidos no Período Antes da Ordem do Dia ficassem vinculados,

apraz-lhe ao abrigo do nº 6 do artigo 10º, propor a atribuição de um Voto de Saudação à senhora Dr.ª Maria Luísa Ferreira da Silva. Referiu que a Técnica exerceu durante 40 anos as suas funções ao serviço do Centro Social Rocha Barros, estando na linha da frente do desenvolvimento desta IPSS, realçando um dos seus primeiros trabalhos realizados na Presidência da Câmara Municipal do senhor Vítor Manuel Nogueira Dias em que apresentou um levantamento das carências e necessidades da população idosa do concelho.-----

-----Referiu que na última reunião da Câmara Municipal foi dada a informação que o Parque Municipal estava a ser objeto de verificação de algumas situações, pelo que questionou se já há uma previsão para que os serviços externos da Câmara Municipal se desloquem para o mesmo. Referiu que, recentemente, o Diário As Beiras publicou que a Lusitaves iria dar início ao projeto de construção de um pavilhão da empresa em Oleiros, pelo que também questionou o ponto de situação do processo da empresa para Góis. Referiu que na sequência da sua intervenção relativamente ao outdoor #VisitGóis na Quinta do Baião a estrutura foi colocada, porém o cartaz ainda não foi colocado. Referiu que relativamente à última fatura da água, a mesma refere-se a um período de faturação de um mês e meio, até ao final do ano de 2019, tendo sido rececionada 15 dias após o prazo para pagamento da última fatura, pelo que entende que deveria ter sido dada uma explicação aos consumidores do porquê do período de faturação ser mais do que os supostos trinta dias. Referiu que pelo que pôde visualizar em alguns órgãos da comunicação social e nas redes sociais o Conselho Regional da Casa do Concelho de Góis publicitou que “a Câmara Municipal de Góis vem a Lisboa” no dia 08.02.20, a qual conta com a presença da senhora Presidente e dos Vereadores, pelo que lhe apraz mencionar que até à data ainda não recebeu qualquer convite para esse efeito.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia iniciou a sua intervenção referindo, como positivo e que lhe parecia dever destacar, a recente decisão do Conselho de Ministros em terminar com os vistos Gold para investimentos nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto de forma a que estes investimentos tenham como destino somente o território

fora destas áreas do País.-----

-----Referiu que na última reunião da Câmara Municipal foram colocadas algumas questões, nomeadamente no que concerne à campanha de esterilização de animais de companhia, pelo que foi informado pelo veterinário que presta serviço ao município que aguarda a publicação de um Despacho o qual irá abrir um prazo para os municípios se candidatarem ao apoio para esse efeito, pelo que oportunamente será dado conhecimento ao Executivo dos procedimentos que irão ser tomados nesta área. Referiu que quanto à questão colocada no âmbito do financiamento dos prejuízos causados pelo furacão Leslie informou ter sido feito um levantamento e apresentado candidaturas para esse efeito, sendo exemplo disso: a reparação do telhado do Pavilhão Gimnodesportivo, tendo a mesma já sido realizada, a reparação do telhado do Centro da Memória Goienense, a reparações na Biblioteca Municipal e outros trabalhos ao nível de equipamento urbano danificado. Referiu que a Câmara Municipal só tem conhecimento das do resultado das candidaturas para infraestruturas municipais. -----

-----A senhora Presidente referiu que a candidatura do Pavilhão Gimnodesportivo tinha o prazo de conclusão até 31.12.19, o que efetivamente se cumpriu. No que concerne às restantes candidaturas objeto de aprovação referiu que também têm prazos para se cumprir, pelo que devem os serviços preparem devidamente os processos para a abertura de procedimento e, posteriormente, empreitada no sentido de se cumprirem os prazos estabelecidos. -----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que, quanto à APIN, nesta fase transitória, os serviços da Câmara Municipal continuam a laborar nas respetivas áreas, tendo sido estabelecida uma fórmula que permite calcular o valor que cada município irá receber enquanto perdurar a fase transitória da transferência de competências para APIN. Essa fórmula teve como referência o custo do serviço, de fornecimento de água, recolha e tratamento do saneamento e recolha de lixo despendido pelo Município nos quatro anos anteriores. Como o Município de Góis não concordou com a fórmula adotada

foi proposta a alteração, devidamente fundamentada, aguardando-se agora a resposta da APIN.-----

-----A senhora Presidente referiu que este assunto será questionado na reunião que irá ser realizada no período da tarde, uma vez que é do seu conhecimento que não irá ser aceite a alteração à fórmula estabelecida. Referiu que se a adesão à APIN resulta num claro prejuízo para o concelho de Góis entende que o processo deve ser entregue a um Gabinete de Advogados para que elabore um estudo sobre o mesmo no sentido de a Câmara Municipal ter conhecimento se deve efetivamente continuar a ser associado nesta empresa intermunicipal. -----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu ter estado presente na reunião onde foi apresentada a referida fórmula, sendo esta votada de imediato não ficando contudo os Municípios impedidos de se pronunciarem sobre o seu mérito.-----

-----Relativamente ao mencionado pela senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz sobre a empreitada de requalificação da Rua das Figueirinhas, referiu que esta rua tem características específicas porque se trata de um arruamento que foi sendo objeto de sucessivas alterações e alargamentos em que casas foram sendo construídas tendo em conta alinhamentos que posteriormente se vieram a alterar. Assim quando para a elaboração do projeto da atual intervenção foi tida em conta essa situação e ainda que tanto quanto possível não houvesse necessidade de alargar a área de intervenção. Por outro lado, ainda se atendeu à forte condicionante que a presença de um Lar de idosos exige. Referiu que a via terá 3 metros de largura, não haverá diferenças de cotas entre o passeio e o arruamento, realçando que o arruamento terá uma ligeira inclinação para o meio da via para escoamento das águas pluviais, sendo que o trânsito circulará nesta via apenas com um sentido. Referiu que os passeios não são simétricos, havendo um destes que irá ficar um pouco mais estreito. Referiu ainda que com esta intervenção se irá proporcionar toda a prioridade aos peões e bicicletas, no âmbito da mobilidade sustentável, e vai retirar o predomínio ao automóvel.-----

-----Mais referiu que têm sido feitas algumas observações por parte de alguns munícipes

aos trabalhos de requalificação desta rua, pelo que neste sentido a Câmara Municipal fez um pequeno esclarecimento o qual foi colocado na rede social do município, bem como foi remetido ao jornal “O Varzeense” para ser publicitado de forma a esclarecer algumas questões. -----

-----A senhora Presidente referiu que face aos fundamentos apresentados faz todo o sentido a circulação do trânsito ter sentido único. Referiu que, no dia de ontem, visitou a obra e pelo que pôde visualizar a mesma não estará concluída dentro do prazo estabelecido, questionando a senhora chefe da DGUPA se a empresa adjudicatária já solicitou a prorrogação do prazo, tendo obtido resposta positiva. Acrescentou, que quando uma empresa assume uma empreitada no inverno sabe à priori que dificilmente irá cumprir o prazo. -----

-----Prosseguiu, questionando a senhora Chefe da DAG sobre o porquê de a última fatura do consumo de água emitida pela Câmara Municipal ser relativa a 1 mês e meio de consumo.-----

-----Dada a palavra, a senhora Chefe da DAG referiu que a fatura da Câmara Municipal já há algum tempo a esta parte é faturada ao dia, ou seja, é entre datas de leituras, existindo um cronograma mensal para efetuar essas leituras. Referiu que a freguesia de Alvares, por norma, é a primeira onde se efetua as leituras, sendo que a última leitura realizada nesta freguesia foi a 01.11.19. Referiu que a Câmara Municipal tinha que encerrar todos os consumos a 31.12.19, porquanto a partir do dia 01.01.20 seria da competência da APIN esse serviço. Neste sentido, foi feita uma análise por parte dos serviços municipais para que este processo encerrasse definitivamente, pelo que a opção tomada foi a de que os consumidores de Alvares irão efetuar o pagamento do consumo de água entre o dia 01 de novembro de 2019 e o dia 31.12.19, i.e., em termos de tarifas fixas irão pagar ao dia cerca de 50/55 dias, opção esta aplicada a todas as freguesias. -----

-----A senhora Presidente referiu que este foi um expediente que internamente a Câmara Municipal adotou para encerrar o ano, residindo a questão do senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio do que toda esta situação não foi explicada aos

consumidores.-----

-----Dada a palavra, a senhora Chefe da DAG referiu que na informação remetida anteriormente aos consumidores esta situação vinha explanada, não tão detalhadamente, referindo apenas que o Município de Góis iria fechar todas as leituras a 31.12.19. -----

-----A senhora Presidente questionou de quando é que a Ata de encerramento do procedimento concursal do Chefe de Divisão da DGUPA é presente ao Executivo.-----

-----Dada a palavra, a senhora Chefe da DAG referiu que a competência para a abertura de procedimento concursal é da competência da Câmara Municipal, tendo o documento para o efeito sido presente ao Executivo, sendo o resto do procedimento da competência do júri, da parte que lhe compete, e, da senhora Presidente da Câmara Municipal na restante parte, tendo sido a Ata remetida ao senhor Vice-Presidente, porquanto a senhora Presidente esteve ausente, para que formalmente o procedimento fosse encerrado. -----

-----A senhora Presidente face às explicações da senhora Chefe da DAG questionou se se encontram reunidas as condições para abertura de novo procedimento concursal.-----

-----Dada a palavra, a senhora Chefe da DAG referiu que o procedimento numa primeira fase terá que ser presente à Assembleia Municipal para designação do júri sobre proposta da Câmara Municipal.-----

-----A senhora Presidente referiu que deve todo o processo estar devidamente instruído para ser presente na reunião da Assembleia Municipal do mês de Fevereiro.-----

-----Continuou, referindo que no que concerne ao processo da Lusiaves, no dia de ontem, contactou com o senhor Dr. Nuno Maurício, Chefe de Gabinete do senhor Presidente do Conselho de Administração, onde foi feito o ponto de situação de todo o processo. Neste momento o problema da instalação da empresa reside sobretudo na água, salientando que já foi efetuado um investimento de oitenta mil euros nesta área. Referiu que o Vale da Lapa está fora de questão, porquanto não há água suficiente para que o projeto seja concretizado, existindo a possibilidade na Carvalhinha estando a ser realizados trabalhos

nesta área para verificar esta situação, porquanto sem água a empresa não pode funcionar. Pelo que da informação prestada pelo Técnico da empresa que acompanha este processo a Lusiaves tem mesmo interesse em investir em Góis, sobretudo na Carvalhinha. Referiu que comunicou ao interlocutor da empresa que a Câmara Municipal irá estabelecer um timing para que este processo tenha um fim, o qual se pode traduzir no investimento por parte da empresa ou na hipótese deste imóvel municipal ser arrendado.-----

-----Relativamente à proposta apresentada pelo senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio de atribuição de um Voto de Saudação à senhora Dr.ª Maria Luísa Ferreira da Silva subscreve a mesma, em reconhecimento pelo desempenho ao longo do exercício das suas funções no Centro Social Rocha Barros, sendo inequivocamente um referencial de humanismo e de intervenção social, sendo a sua atuação um importante pilar das respostas sociais do concelho. Referiu ser também sua intenção propor ao Executivo uma distinção honorífica à senhora Dr.ª Maria Luísa Ferreira da Silva pelo trabalho desenvolvido da área social ao longo de quatro décadas no concelho, sendo inequivocamente um referencial de humanismo e de intervenção social, e a sua atuação um importante pilar das respostas sociais do concelho.-----

-----Posto à votação, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Saudação à senhora Dr.ª Maria Luísa Ferreira da Silva.-----

-----Quanto à questão do início de funcionamento do Parque Municipal referiu que há um conjunto de situações que devem ser esclarecidas por parte da senhora Chefe da DGUPA, nomeadamente se há a necessidade de contratação de empresas para fazerem a manutenção de alguns equipamentos e se já se encontram reunidas as condições para esse mesmo efeito, tendo dado a palavra à senhora chefe da DGUPA para proceder aos devidos esclarecimentos.-----

-----Dada a palavra, a senhora chefe da DGUPA referiu que a Câmara Municipal terá que contratar empresas para realizar a manutenção de alguns serviços pelo que os serviços irão apresentar superiormente proposta para esse mesmo efeito. -----

-----A senhora Presidente referiu que efetivamente deverá alguém se responsabilizar para coordenar uma Equipa de forma a que todos os trabalhos em curso possam estar definitivamente corretos para que os serviços possam ser deslocalizados para este equipamento ainda que de forma faseada. Questionou o senhor Vereador Mário Barata Garcia onde é que irá ficar sediado o Centro Operacional da APIN.-----

-----Sobre esta questão o senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que aguada resposta de alguns contactos realizados, sendo uma das possibilidades a fração existente na Zona Industrial de Góis onde funciona a Equip's.-----

-----A senhora Presidente referiu que o melhor espaço para funcionar o Centro Operacional da APIN será no Parque Municipal, mediante o pagamento de uma renda à Câmara Municipal, como está legalmente previsto.-----

-----Relativamente à iniciativa da Casa do Concelho de Góis referiu que para a mesma foi remetido convite à sua pessoa durante das Festas do Concelho, tendo para o efeito escolhido a data, pelo que é de todo interessante a presença de todo o Executivo. Referiu que efetivamente deveria ter sido o Conselho Regional a remeter convite a todo o Executivo, pelo que irá solicitar ao senhor Chefe do GAP para contactar o senhor Dr. Luís Martins para esclarecimento desta situação.-----

-----Relativamente ao outdoor existente na Quinta do Baião onde ainda não foi colocado o cartaz #VisitGóis é pelo facto de não se rever na infraestrutura existente porquanto a mesma merece de uma requalificação ao nível da pintura, sendo que todo aquele espaço merece definitivamente um outro aproveitamento que não o visível, porquanto ao Câmara Municipal poderá efetivamente ser autuada pelo Ministério do Ambiente devido a alguns detritos sistematicamente ali colocados.-----

-----Sobre a proposta da senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz de realização de uma iniciativa para galardoar os atletas do concelho pelos êxitos alcançados nas modalidades desportistas que praticam concorda com a mesma, salientando a existência de uma Equipa da Câmara Municipal que está com a organização de um evento nesse âmbito.-----

-----Sobre a questão do processo judicial contra a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra relativamente ao não cumprimento do Protocolo de Divisão da Energia Eólica Produzida nos Limites dos Concelhos de Góis e Pampilhosa da Serra referiu que presentemente não dispõe de informação atualizada para prestar os devidos esclarecimentos, pelo que irá contactar o Dr. João Ramalheite para que lhe preste informação sobre este processo.-----

-----Sobre a lomba existente na Av. Álvaro de Paula Dias Nogueira solicitou à senhora chefe da DGUPA para que apresente uma proposta que quem circule nesta via tenha conhecimento da lomba ali existente.-----

-----Sobre a localização da escultura do Papa João Paulo II, na Praceta Teófilo de Braga, referiu que irá deslocar-se ao local para verificar a situação apresentada pela senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz.-----

-----A senhora Presidente referiu ser sua intenção apresentar uma proposta ao Góis Moto Clube de se realizar um tributo ao piloto Paulo Gonçalves, que morreu vítima de uma queda no Rali Dakar.-----

-----Terminou, propondo ao Executivo a atribuição de um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Francisco Alberto Bandeira Rosa, pai do funcionário João Paulo das Neves Rosa.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e aprovou, por unanimidade, o Voto de Pesar, manifestando total solidariedade e profundo pesar à família pela sua irreparável perda.-

----A Câmara tomou conhecimento.-----

2 – PÚBLICO:-----

-----a) Usou da palavra o senhor José Augusto Oliveira Rodrigues, residente em Góis, referindo ter ficado preocupado com as palavras mencionadas pela senhora Presidente sobre a dificuldade financeira da Câmara Municipal.-----

-----A senhora Presidente referiu que efetivamente a Câmara Municipal de Góis tem disponibilidade financeira para todo o seu plano de atividades, tendo apenas dificuldades para apoios financeiros que venham a ser solicitados.-----

-----Dada a palavra, o munícipe referiu ter ficado também preocupado com a dinâmica da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis, pelas dificuldades que atualmente se verificam, dificuldades essas que têm vindo aumentar ao longo dos tempos. Referiu que sendo a Câmara Municipal responsável pela Proteção Civil é seu entendimento que dentro das suas possibilidades continuará a apoiar a Instituição, pelo que como sócio e elemento do quadro de honra se sente satisfeito com o apoio da Câmara Municipal.-----

-----A senhora Presidente da Câmara Municipal interpolou o munícipe no sentido de ter conhecimento se os sócios desta Associação têm acesso em sede de Assembleia-Geral às contas, tendo obtido resposta positiva, pelo que é do conhecimento dos sócios se há ou não dificuldades quanto à gestão financeira. Realçou que o que a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis solicitou ao Município de Góis é um reforço do subsídio, tendo a sua pessoa mencionado a dificuldade de reforçar o subsídio até então atribuído, pelo que pôde concluir se existe a necessidade de o subsídio ser reforçado é porque existem algumas dificuldades na Instituição.-----

-----Dada a palavra, o munícipe referiu concordar com a análise da senhora Presidente. Referiu pensar que, se calhar, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis deveria ter pensado uma estratégia de funcionamento de maneira a não necessitar do subsídio atribuído pelo Município o qual tem como objetivo a remuneração do pessoal a serviço da instituição. -----

-----Relativamente à adesão do Município de Góis à APIN referiu ser para si um assunto objeto de preocupação, pelo que lhe apraz referir que, no dia de ontem, rececionou uma carta a qual refere o novo preçário, verificando que a partir do 1º escalão do consumo de água há um aumento. Referiu que como é que é possível ceder a uma empresa o sistema de distribuição de água, os contadores instalados, tudo isto a custo zero, segundo lhe foi dito, sendo prestado um serviço aos consumidores com base no que a empresa recebeu gratuitamente e o preço ainda ser aumentado. Referiu que foi dito à Vereação que a adesão à APIN era na defesa do interesse dos consumidores, pelo que questionou como

é que é possível esse aumento, bem como quanto é que a APIN irá dar ao Município de Góis de acordo com o dinheiro que irá receber mensalmente por parte dos consumidores, no sentido de amortizar os investimentos nesta matéria que foram realizados pela Câmara Municipal e por muitas populações que cederam as estruturas aquando fizeram as canalizações nas suas localidades, tendo as mesmas sido cedidas gratuitamente à Câmara Municipal. Referiu que, presentemente, esse serviço realizado pelas populações irá ser cedido a uma empresa que irá cobrar os serviços aos consumidores agravando para o efeito a prestação desse mesmo serviço. Face ao exposto, referiu não entender como é que este processo é na defesa dos interesses dos munícipes e do concelho de Góis. -----

-----Ainda sobre a APIN, referiu que foi notificado pela empresa no sentido de informar que a partir de janeiro de 2020 a faturação era da competência da empresa, pelo que teve como procedimento remeter uma comunicação à Câmara Municipal no sentido de saber se foram acautelados os direitos dos consumidores quando foi cedido à APIN os dados pessoais, salientando que ninguém o consultou no sentido de cedência dos seus dados à empresa, pelo que reiterou a questão que colocou da referida comunicação.-----

-----A senhora Presidente referiu que quando recebeu a comunicação do munícipe a reencaminhou para a senhora chefe da DAG no sentido de prestar os devidos esclarecimentos à questão colocada, não compreendendo o facto de o munícipe ainda a não ter todo resposta às questões colocadas no mail remetido ao Município.-----

-----b) Usou da palavra o senhor Vítor Manuel Nogueira Dias, residente em Góis, que dirigiu o seu agradecimento ao senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio por ter elogiado na sua intervenção a sua pessoa na qualidade de Presidente da Câmara Municipal. De igual modo, agradeceu ao senhor Vereador Mário Barata Garcia por ter feito alusão à requalificação da Ruas das Figueirinhas, uma vez que esta era um carreiro, sendo que no último sábado, em que no domingo foi derrotado nas eleições autárquicas, andou um trator da Câmara Municipal, a transportar areia para que o sr. Alvarinhas, já falecido, para que ali pudesse edificar a sua habitação, porquanto ali não passava

qualquer tipo de viatura, pelo facto de ser apenas um carreiro que só se podia atravessar pedonalmente. Agradeceu também ao munícipe José Augusto Oliveira Rodrigues pela referência à questão da faturação do consumo de água, porquanto como consumidor aguarda a fatura do mês de janeiro para que, posteriormente, poder se pronunciar sobre o assunto. -----

-----A senhora Presidente solicitou à senhora chefe da DAG para se pronunciar sobre a questão colocada pelo munícipe José Augusto Oliveira Rodrigues relativamente à proteção dos dados dos consumidores e que até à data ainda não foi rececionada resposta.-----

-----Dada a palavra, a senhora Chefe da DAG referiu ser do seu conhecimento que a proteção dos dados dos consumidores foi acautelada. Contudo, referiu ter consultado à APIN no sentido de melhor poder fundamentar a resposta ao munícipe, estando ainda a aguardar resposta à questão que colocou, pelo que a sua falta com o munícipe se deve efetivamente à falta de informação suficiente para melhor esclarecer a sua questão.-----

-----A senhora Presidente referiu que devia ter sido comunicado ao munícipe a explicação dada pela senhora Chefe da DAG e, posteriormente, a resposta à questão.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3 – ORDEM DO DIA:-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia catorze de janeiro do ano de 2020, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

-----A senhora Presidente da Câmara Municipal não participou da votação por não ter estado presente na reunião a que a mesma respeita.-----

3.2 – OBRAS PARTICULARES/JOSÉ MIGUEL FERREIRA – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 07.01.2020, relativa a legalização de habitação, requerida por José Miguel Ferreira, Casal de Cima, freguesia de Alvares.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de obras.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.3 – OBRAS PARTICULARES/VÍTOR MANUEL CONDE PIRES – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 16.01.2020, relativa à construção de um muro confinante com a via pública, requerida por Vítor Manuel Conde Pires, Corga da Vaca, freguesia de Alvares.

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de obras.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.4 – OBRAS PARTICULARES/ANTHONY JOHN WIXON E MARGARET WIXON – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 16.01.2020, relativa alteração de fachada e ampliação de moradia unifamiliar, requerida por Anthony John Wixon e Margaret Wixon, em Góis, freguesia de Góis.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de obras.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.5 – 2ª ALTERAÇÃO (MODIFICATIVA) AO ORÇAMENTO/ANO 2020 – Em conformidade com o disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis nos. 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 julho, e 7-A/2016, de 30 de março e 42/2016, de 28 de dezembro e 50/2018, de 16 de agosto, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a 2ª alteração (Modificativa) ao Orçamento Municipal para o Ano de 2020, que importa na parte da receita, em 187.734,36€ (cento e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e quatro euros e trinta e seis cêntimos) e na parte da despesa, em 242.634,36€ (duzentos e quarenta e dois mil, seiscentos e trinta e quatro euros e trinta e seis cêntimos), nos reforços e 54.900€ (cinquenta e quatro mil e novecentos euros), nas anulações, cuja cópia constitui o Anexo I da presente Ata.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.6 – 2ª ALTERAÇÃO ÀS GOP/ANO 2020 – Em conformidade com o disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 julho, e 7-A/2016, de 30 de março e 42/2016, de 28 de dezembro e 50/2018, de 16 de agosto, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a 2ª alteração às Grandes Opções do Plano para o Ano de 2020, que importa que importa em 187.734,36€ (cento e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e quatro euros e trinta e seis cêntimos), nos reforços e 53.200€ (cinquenta e três mil e duzentos euros) nas anulações cuja cópia constitui o Anexo II da presente Ata.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.7 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia vinte e sete de janeiro do ano em curso, no montante de um milhão, cento e sessenta um mil, trezentos e sessenta e um euros e quarenta e oito cêntimos.---

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: OBRAS PARTICULARES/JOSÉ MIGUEL FERREIRA; OBRAS PARTICULARES/VÍTOR MANUEL CONDE PIRES; OBRAS PARTICULARES/ANTHONY JOHN WIXON E MARGARET WIXON; 2ª ALTERAÇÃO (MODIFICATIVA) AO ORÇAMENTO/ANO 2020; 2ª ALTERAÇÃO ÀS GOP/ANO 2020.-----

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião, pelas doze horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
